

APRESENTAÇÃO

Os estudos críticos na área das humanidades têm buscado desvelar a permanência de mecanismos de subalternização e colonialidade nas práticas sociais quando se trata do compromisso com a emancipação. Pensando em um projeto político e epistêmico, a decolonialidade exige uma análise das relações entre conhecimento e subalternidade, oferecendo um lugar de crítica da epistemologia eurocêntrica e dos discursos coloniais que daí persistem. O Direito, pensado enquanto conjunto de normas estáticas, em uma dimensão positivista, reforça e reflete as forças de poder, mas, em uma perspectiva crítica e decolonial, deve ser compreendido como algo em movimento e em constante (des)construção, baseado no pluralismo de ideias e no respeito às minorias. Assim, pensar as práticas de (re)existências diante das formas dominantes de controle da natureza, do trabalho e do capital, a partir dos movimentos e teorias que vêm do Sul, é o mote deste dossiê.

A organização foi realizada pela professora Anne Caroline Fernandes Alves (Mestra em História e docente no Centro Universitário Alves Faria e no Centro Universitário Estácio de Goiás), pesquisadora e coordenadora de projetos de extensão em direito e diversidades), pelo professor Thiago Henrique Costa Silva (Doutor em Desenvolvimento Rural e docente na UEG e IPOG, pesquisador e coordenador do Grupo de Estudos em Natureza, Estado e Sociedade (GENES) e do grupo de extensão Documentando o Direito) e pelo professor Marcos Marinho Queiroz (Mestre em Comunicação e docente na PUC-GO).

Em um momento de tensão política, aguçado pela disputa eleitoral de 2022, em que práticas democráticas e contra hegemônicas são atacadas e distorcidas, somando-se a cortes de verbas para a educação, avanço de pautas contra o pluralismo sociojurídico no Congresso, inúmeras iniciativas de leis que desconsideram os direitos ambientais e dos povos, e desmonte de políticas públicas e de instituições de combate à desigualdade social, como o CONSEA, o IPHAN, o Ministério do Desenvolvimento Rural, as políticas de acesso à educação superior e de combate à fome, urge resistir e (re)agir com pesquisas que desvelem tais práticas e as discutam. Este dossiê se constitui um importante meio de combate à desinformação.

Neste contexto, selecionaram-se textos que refletem sobre essas questões. O primeiro artigo, “*Re-ligaje de las practicas dominantes de control sobre la naturaliza desde la decolonialidad planetaria*”, da professora Dra. Milagros Elena Rodríguez, docente investigadora titular na UDO, em uma perspectiva meta-metodológica, estuda os paradigmas para compreender a natureza, e os direitos relacionados com ela, perpassando os conceitos de re-ligar entre homem-natureza, ecosofia e diatopia, desde uma percepção decolonial.

Em seguida, o artigo “*A abordagem da expressão “beleza feminina” na internet: uma análise multimedia a partir de softwares de imagem*”, da doutoranda Hadassa Guimarães Oliveira, da Universidade de Lisboa, traz uma análise original sobre a utilização da expressão “beleza feminina” nas mídias, apresentando elementos importantes e provocadores para pesquisas futuras.

O artigo “*Violência com a população de rua: uma análise dos fatores que a constitui*”, da mestra Elaine Fernandes da Cunha Mesquita, aborda o fenômeno da ausência de direitos para as pessoas em situação de rua, a partir da realidade da região metropolitana de Goiânia, com destaque para as variadas violências às quais estão submetidas e para a naturalização da desigualdade social, em crítica tecida à luz do materialismo histórico-dialético.

A professora doutora Cátia Rejane Mainardi Liczbinski, do Instituto de Direitos Humanos de Mato Grosso do Sul, é autora do artigo “*O poder da cultura política representativa e os mecanismos de controle social para a concretização do estado democrático de direito e cidadania*” que aborda a cultura política e a possível crise representativa em que o Brasil está mergulhado, tratando o conceito e prática da democracia brasileira como algo em constante disputa. Ao associar as transformações políticas às questões culturais e discutir os mecanismos de controle social, a autora se coloca na fronteira do saber, em uma perspectiva interdisciplinar, contribuindo para o debate sobre o Estado democrático, seus desafios no século XXI e suas nuances.

O artigo “*Decolonizando o saber criminológico: a criação do Observatório Sistema de Justiça Criminal e povos indígenas*”, de autoria do doutorando Tédney Moreira da Silva, da Universidade de Brasília, parte de uma abordagem decolonial para propor um pensar crítico dos fenômenos de criminalização e punição de indígenas no Brasil, propondo um ressignificar de categorias científicas a partir da vivência indígena.

A pesquisa de Juan Felipe Mesquita de Amorim, Bacharel em Direito pelo UniEuro, Brasília-DF, e Rodrigo

Espiúca dos Anjos Siqueira, Doutor em Direito pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul e Professor no Unieuro, Brasília-DF, foi consolidada no artigo “*Home Office e Pandemia: Reflexões acerca das pessoas trabalhadoras economicamente desfavorecidas*”, em que abordam a configuração do mundo do trabalho sob a pandemia Covid19 em relação à vulnerabilidade social, destacando as dimensões trabalhistas, as medidas legislativas de enfrentamento e seus efeitos e concluem sua reflexão com a apresentação de novas exigências jurídico-políticas para a proteção das e dos que trabalham.

“*Pelas vozes da terra: (re)leituras para uma educação do campo como resistência*”, escrito pelo professor doutor Guilherme Martins Teixeira Borges, da UniGoiás e pela professora Maria Esperança Fernandes Carneiro, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, trata de questão relevante, sobretudo em tempos de desmantelamento das políticas públicas na área da educação. Ao se propor analisar a educação do campo como forma de resistência, o autor destaca o panorama atual a partir de um recorte na educação do campo e nos sujeitos do campo como prática pedagógica emancipadora e de valorização dos saberes.

O artigo “*Gestão de terras: a implementação de sistemas eletrônicos nos processos de regularização fundiária do estado do Piauí*”, de autoria da Advogada Caroline Viveiros Moura da Cruz e da professora e doutoranda Liliane Pereira de Amorim, da Universidade de Brasília, aborda um tema crítico e de difícil enfrentamento no Brasil: os mecanismos de gestão de terras. A gestão de terras e os procedimentos que as norteiam é de fundamental importância para combater a desigualdade

social e a concentração fundiária brasileira e o artigo contribui ao apresentar uma prática inovadora e de sucesso em Piauí.

O artigo “*(Des)cumprimento da participação da agricultura familiar no PNAE: o caso de Curaçá, Bahia*”, escrito pelo professor mestre Antônio Carlos Gomes Rêgo, do Instituto Federal do Tocantins, da Advogada Hayanne Rodrigues Carniello Cavalcante e pela professora Doutora Nara Rúbia Rodrigues do Nascimento-Silva, do Centro Universitário Alfredo Nasser, traz um tema já conhecido e fruto de muitas publicações na área: as dificuldades e entraves para os agricultores familiares acessarem o PNAE. Todavia, ao fazer o recorte para Curaçá, Bahia, traz novidades importantes, sobretudo por discutir como nem mesmo em municípios de base rural as porcentagens de aquisição de alimentos provenientes da agricultura familiar são respeitadas.

O professor Doutor Ricardo Oliveira Rotondano, da Universidade Estadual de Goiás, o graduando Júlio César Gomes Lima e o Mestre Daniel Souto Novaes em seu texto “*Lições freireanas para uma educação emancipadora*”, parte de uma perspectiva crítica e Freireana da educação, para entender o Direito como ferramenta de dominação, em uma perspectiva marxista, ancorada, sobretudo, em Mascaró. A forma fluida com que o autor faz os autores conversarem, de maneira articulada e coerente é a grande contribuição deste ensaio.

A doutoranda Denise Oliveira Dias, da Universidade Federal de Goiás, resenhou a obra “*A cruel pedagogia do vírus*”, de Boaventura de Sousa Santos. O texto de Boaventura abre perspectivas para olharmos, de forma crítica, os efeitos da pandemia e suas correlações políticas e sociais, ideias

sintetizadas de forma clara na resenha denominada “*Os efeitos da pandemia nas (r)existências*”.

Por fim, trazemos a entrevista com o professor doutor Matheus Gamba Torres, professor Adjunto do Departamento de História da Universidade de Brasília (UNB). Com o título “*Golpes, democracia e política: para além do senso comum*”, o professor discute temas relevantes para entender a realidade sociopolítica brasileira, como o conservadorismo e a ultradireita no Brasil, os golpes de 1964 e 2016, e as lutas e resistências para manutenção da democracia.

Convidamos vocês a uma leitura recheada de muita informação, críticas e reflexões acerca de mecanismos de subalternização, colonização e práticas emancipatórias.

Goiânia, 07 de outubro de 2022.

Professor Doutor Thiago Henrique Costa Silva
(UEG/IPOG)

Professora Mestra Anne Caroline Fernandes Alves
(ESTÁCIO DE GOIÁS/UNIALFA)